

## O culto aos antepassados e a Tenrikyo: nova Religião Japonesa e seu templo como patrimônio cultural de Bauru

*The Cult of Ancestors and of Tenrikyo: New Japanese Religion and its Temple as Bauru's Cultural Heritage*

Rosemeire Pereira D'Àvila

 <https://orcid.org/0000-0002-5568-2657>  
Universidade Estadual Paulista

**Resumo:** Este trabalho trata dos espaços religiosos nipônicos e do reconhecimento do templo Tenrikyo como Patrimônio Cultural da cidade de Bauru (SP). O culto público aos antepassados, realizado pelos nipônicos na cidade ocorreu a partir da organização e fundação tardia (1951) de templos budistas ou xintoístas, sendo que a imigração de japoneses para a cidade deu-se por volta de 1914. Para a compreensão desse processo, apresenta-se a constituição da identidade religiosa desses indivíduos por meio de valores, de práticas e do próprio culto aos antepassados – os quais constituem um patrimônio imaterial. Tal culto era realizado em oratórios domésticos no interior das residências, até a fundação e a organização do primeiro templo da Igreja Tenrikyo, que, na tessitura dos acontecimentos, tornou-se um patrimônio cultural dos bauruenses, contribuindo para manter e preservar a identidade dessa comunidade. Os pressupostos teóricos utilizados neste trabalho compreendem que a História Cultural permite diferentes abordagens e métodos, variando de acordo com o objeto de estudo e as fontes. Metodologicamente, utilizou-se nesta pesquisa reportagens publicadas no periódico “Jornal da Cidade de Bauru”, por meio eletrônico, no período de 2007 a 2015, e as Atas do Clube Cultural Nipo Brasileiro, de 1936 a 2008. A metodologia de investigação bibliográfica pautada nesses periódicos permitiu o acesso aos diversos setores da vida social, à disseminação de ideias e valores do cotidiano, às memórias, às ideologias e aos modos de pensar e agir, possibilitando, portanto, a compreensão de certas manifestações, de consolidações de valores e de leituras da cultura nipônica e da sociedade de Bauru.

**Palavras-chave:** Imigração. Japoneses. Bauru. Patrimônio Cultural. Tenrikyo.

**Abstract:** This paper approaches the Japanese religious spaces and the recognition of the Tenrikyo temple as Cultural Heritage of the city of Bauru (São Paulo, Brazil). The worship of ancestors, carried out to the city by the Japanese immigrants, took place after the organization and late foundation (1951) of Buddhist or Shinto temples, even if the group's immigration to the city took place around 1914. To understand this process, the constitution of the religious identity of these individuals are presented through values, practices, and the cult of ancestors itself - which constitute an intangible heritage. Such worship was carried out in domestic oratories inside the residences, until the foundation and organization of the first temple of the Tenrikyo Church, which became a cultural heritage of Bauru's people, contributing to maintain and preserve the identity of its community. The theoretical assumptions used in this work understand that Cultural History allows different approaches and methods, varying according to the object of study and the sources. Methodologically, reports published in the periodical “Jornal da Cidade de Bauru”, electronically, from 2007 to 2015, and the “Atas” which belong to the Clube Cultural Nipo Brasileiro, from 1936 to 2008, were used in this research. The method of bibliographic research allowed access to different sectors of social life, to the dissemination of ideas and everyday values, to memories, to ideologies and to ways of thinking and acting. It made possible, therefore, to understanding



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

certain manifestations, such as the consolidation of values and the comprehension of the Japanese culture and Bauru's society.

**Keywords:** Immigration. Japanese. Bauru. Cultural heritage. Tenrikyo.

## Introdução

A chegada dos primeiros imigrantes japoneses à Bauru deu-se por volta de 1914. Nesses primeiros anos, chama atenção o fato de que não houve a fundação e organização de templos, tal como ocorreu com as escolas e *kaikans*<sup>1</sup>. Somente em 1951 ocorreu a construção do primeiro templo religioso na cidade – o *Tenrikyo*. Sabe-se que havia o desejo desses imigrantes de retornar ao Japão, também havia excesso de trabalho no campo e cidade, ausência de monges e sacerdotes, bem como a hegemonia da Igreja Católica. Mas, convém perguntar, quais fatores realmente levaram à tardia fundação e organização dos Templos para práticas das religiões orientais em meio a um grupo de imigrantes com tradições tão vigorosas? Este artigo tem, portanto, por objetivo apresentar o templo da Tenrikyo, tombado como patrimônio cultural da cidade de Bauru e compreender o significado da identidade religiosa que se conservou entre os imigrantes japoneses nessa cidade, por meio de valores e práticas culturais, a partir de patrimônios culturais – como o culto aos antepassados, realizado em oratórios domésticos como o *Butsudan* e *Kamidana* no interior das residências, até a fundação e organização do templo da Tenrikyo. A abordagem histórica utilizada na pesquisa pautou-se na História Cultural a qual nos permitiu diferentes abordagens e métodos. Segundo Chartier: “As ações simbólicas e as linguagens empregadas na constituição da realidade social de uma comunidade constituem propriamente a sua cultura, que é objeto de interesse da história, mas também de outros campos do saber que se abrigam sobre o amplo “guarda-chuva da nova história cultural” (CHARTIER, 2002, p. 16-17). Quanto às fontes consultadas para a pesquisa foram utilizadas reportagens publicadas no periódico “*Jornal da Cidade de Bauru*”, por meio eletrônico, no período de 2007 a 2015 e as Atas do Clube Cultural Nipo Brasileiro no período de 1936 a 2008.

## Os imigrantes japoneses em Bauru

Quando o *Kasato Maru* desaparecia na linha do horizonte em direção ao Índico<sup>2</sup>, rumo à América, o Japão que os emigrantes japoneses deixavam estava marcado, segundo Nunes (2011), por um período de isolamento – o chamado período *Tokugawa* (1603 a 1868), com a imersão no mundo feudal, até o final do século XIX. O investimento em educação foi uma das saídas encontradas para fornecer uma identidade nacional aos diversos povos que habitavam o arquipélago, visando à unidade nacional, com patriotismo e lealdade, prendendo o indivíduo, em contrapartida, por um vínculo de dever ao Estado (NUNES, 2011). Outro mecanismo utilizado para dar fundamento à moderna nação japonesa, a partir do Período *Meiji* (1868-1912), foi a apropriação do confucionismo<sup>3</sup>, base do pensamento japonês, por meio de seu enfoque na ética para atingir a plenitude. A

---

<sup>1</sup> Associações ou clubes, organizados nos bairros onde se fixava a colônia japonesa para desenvolverem suas atividades culturais, esportivas e sociais.

<sup>2</sup> O navio fez o percurso saindo do Porto de Kobe em 28/04/1908, passando por Singapura e África do Sul, chegando ao Porto de Santos em 18/06/1908.

<sup>3</sup> Há diversas vertentes do Confucionismo no Japão, entre elas: Sorai, difundida por Ogyû Sorai (1666-1728) e Ôyômei, difundida por Motoori Norinaga (1730-1801 (NUNES, 2011).

vertente influenciadora desse período teria sido a *Ôyômei*, segundo a qual o conhecimento é inato aos homens. Dessa forma, a moral baseava-se na garantia de que todos procurariam agir sempre corretamente. A crítica aos que agissem imoralmente fazia contraste com a postura dos samurais<sup>4</sup>, que por meio de seus conhecimentos morais, eram obrigados a sempre exercerem atitudes corretas. Tal atitude desencadeou o *bushidô* (preceitos seguidos pelo clã ou família), que, com o passar do tempo, tornou-se códigos de conduta a serem seguidos por todos. O poderio dos samurais se desintegrou, mas havia a necessidade de forjar a identidade nacional. Nesse contexto, a figura do samurai emergiu como herói nacional a partir de tradições inventadas (NUNES, 2011). É importante ressaltar a compreensão de Hobsbawm e Ranger do termo “tradições inventadas”:

O termo tradição inventada é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as tradições realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez (HOBSBAWM; RANGER, 1984, p. 9).

Ainda segundo os autores, a invenção das tradições foi praticada com mais frequência de 30 a 40 anos, antes da Primeira Guerra Mundial, na medida em que grupos sociais, ambientes e contextos sociais novos ou velhos, mas transformados, exigiam novos instrumentos que expressassem identidade e coesão social, e que estruturassem as relações sociais. Para tanto, eram necessários novos métodos de governo ou estabelecimento de alianças, uma vez que a política do século XIX era de dimensões nacionais, tornando a sociedade e o Estado inseparáveis. Nesse contexto, as classes sociais, especialmente a classe operária, passaram a se identificar socialmente por meio de movimentos políticos ou partidos, fazendo com que surgissem, sob a perspectiva do Estado/governantes, problemas de preservação da obediência, da lealdade e da cooperação entre seus componentes. Quanto menos mudanças havia na estrutura social, mais o governo detinha controle da situação, porém os Estados em que esses modelos funcionaram eram “atrasados” e frágeis, e qualquer tentativa de “modernizá-los” os tornaria menos viáveis. Teoricamente, era possível conceber uma “modernização” que mantivesse a velha organização da subordinação social, com um pouco de invenção de tradições, – fora o Japão, é difícil encontrar outro exemplo em que isso tenha funcionado na prática (HOBSBAWM; RANGER, 1984).

Portanto, durante a Era Meiji (1868-1912), o Japão passou por grandes transformações, desde a formação do Estado Nação e de identidades, até a construção de uma nova imagem do imperador, a exemplo do culto a sua divindade e dos antepassados, o combate das desigualdades sociais, a utilização da escola para consolidar o Estado-Nação, entre outros. Tal processo permitiu uma abertura para a modernização, porém baseado em invenções de tradições a partir das mais arcaicas, como por exemplo, o *bushidô*, citado acima; a recriação da comemoração do aniversário do imperador (*undokai*), praticada desde o século VII; a construção de monumentos públicos como os templos xintoístas (o governo implantou o xintoísmo estatal); e a valorização da família. Ou seja, o processo de invenção das tradições viabilizou o governo Meiji, com a apropriação de antigas tradições, valores e costumes que foram utilizados com funções políticas e sociais, conduzindo o imaginário nacional de forma a acreditar que a monarquia governava um país moderno e tranquilo.

---

<sup>4</sup> Quanto à ética dos samurais, sua estrutura herdou conceitos do confucionismo, budismo e xintoísmo.

Diante dessas considerações, também é preciso destacar que o Japão se preocupava com a modernização. De acordo com Sakurai (1998), a Restauração Meiji deu início a esse processo a partir de 1868, quando adotou uma política de enviar trabalhadores para o sudeste da Ásia, Oceania e Américas para aliviar a pressão populacional que se acentuou. O problema do acesso a terra também deslocou parte da população para migrações dentro do próprio território. Visando oferecer melhores condições de vida para a população, o governo empreendeu uma política de expulsão, incentivando a emigração, o trabalho temporário no exterior, ou a anexação e colonização de terras, na Manchúria e Coréia. Conseqüentemente, a vinda de imigrantes para o Brasil fez parte desta política (SAKURAI, 1998). Nesse contexto, milhares de emigrantes deixaram o Japão em busca de melhores condições de vida, sendo que o foco para consolidar o nacionalismo é tão expressivo que as *kaikans* (associações) e as escolas se tornaram instrumentos de viabilização desse processo. Já a religião – que sempre foi à base das comunidades japonesas desde os primórdios<sup>5</sup> –, no processo imigratório, ficou em segundo plano. Segundo Maeyama, até 1950 eram quase nulas as atividades religiosas organizadas entre os imigrantes japoneses no Brasil, com exceção do catolicismo (SAITO; MAEYAMA, 1973).

Com relação à vinda de imigrantes para o Brasil, Alvim (1998) destaca que a política imigratória brasileira oscilava desde a época joanina até os anos 1880: de um lado, havia o desejo de alguns liberais do Império de receber pequenos proprietários, com objetivo de povoar regiões do sul a fim de evitar a cobiça nas fronteiras; de outro, o desejo de grandes proprietários na manutenção da política agrária baseada em latifúndios monocultores para exportação. Porém, essa última política demandava farta mão de obra, quer seja de escravos africanos ou imigrantes pobres que não se tornassem pequenos proprietários, principalmente a partir de 1850, com a proibição do tráfico de escravos africanos e da Lei de Terras (ALVIM, 1998).

Quanto à imigração japonesa, segundo relato de Dezem (s/d), as Companhias de Imigração particulares e o governo Meiji (1868-1912) já experimentavam modelos de imigração e colonização no Havaí, nos Estados Unidos, no Canadá, no México e no Peru, tanto que em 1903 havia 36 Companhias, em 1908, eram 23 e, em 1909, eram apenas 5. Ao enviar emigrantes para esses países, o governo do Japão desejava, na realidade, um caráter permanente da emigração, ao mesmo tempo em que se esperava que esses indivíduos, nos novos países de recepção, se tornassem representantes da raça japonesa no exterior (DEZEM, s/d).

Embora os núcleos coloniais tenham surgido paralelos às fazendas de café do Estado de São Paulo, tais núcleos eram providos de planejamento e, até o momento, nenhuma fonte indica que houvesse a influência de Companhias de Colonização, com relação à chegada e à instalação de imigrantes japoneses em Bauru. Os imigrantes desses núcleos coloniais já chegavam como proprietários de glebas das colônias adquiridas previamente no Japão (SAKURAI, 2000). Diferente do que ocorria, por exemplo, em Marília e Bauru, onde praticamente todos trabalharam como colonos em fazendas de café, e as propriedades foram adquiridas com o decorrer do tempo, segundo Okada (2012) por meio de contratos de trabalho, de quatro a seis anos de empreitada. No final desses contratos para a cafeicultura, portanto, havia o seguinte quadro: geralmente as famílias se dirigiam

---

<sup>5</sup> A crença no animismo e animatismo faziam parte do imaginário do povo japonês por meio da crença em objetos inanimados, fenômenos naturais e seres vivos, os quais poderiam influenciar o cotidiano dos indivíduos. Porém, com o desenvolvimento da agricultura e divisão do trabalho o politeísmo também passou a fazer parte desse cotidiano denominado como xintoísmo (TAZAWA; OKUDA; MATSUBARA, 1973, p. 9-15).

para outras fazendas em busca de melhores condições de trabalho e terras para plantio; se dispersavam pelo Oeste Paulista; ou, no caso de uma minoria, retornavam ao Japão, sendo que a maioria dos imigrantes permanecia na frente de expansão. Havia os que poderiam tornar-se “contratistas”, após deixarem a condição de colonos, para formar cafezais, caso tivessem pequeno capital, pois poderiam tornar-se arrendatários ou meeiros; adquirir pequenas propriedades; ou ainda dirigir-se às cidades (VIEIRA, 1973 *apud* OKADA, 2012).

Após a decisão de emigrar, havia a necessidade de superar as primeiras dificuldades de instalação na sociedade receptora. Os japoneses que chegaram no Brasil precisaram lidar com um contexto diferente, tanto do ponto de vista econômico, político, social, ético, linguístico, quanto do religioso. É sabido que a busca pela independência financeira sempre foi constante entre os imigrantes japoneses no Estado de São Paulo, daí a grande mobilidade geográfica. A região da Zona Noroeste, por ser nova e atrativa, com terras mais baratas e férteis, principalmente após a construção da Estrada de Ferro Noroeste, representou uma maior possibilidade ao imigrante nipônico de adquirir essa independência financeira. Porém, quando a terra desejada se tornava inviável, esses imigrantes se movimentavam em busca de melhores condições de vida, ora buscando empregos na cidade, na condição de proprietários de hotéis, restaurantes, alfaiatarias, lavanderias, quitandas e tinturarias; ora se instalando em chácaras ao redor da cidade cultivando hortaliças, conforme relatado por Ishikawa:

Essa região aqui em Bauru se desenvolveu muito em função do entroncamento ferroviário, e os imigrantes, quando chegavam ao Estado de São Paulo, para se dirigirem a algumas colônias, nessa época eles vinham até Bauru, de onde partiam para a região Noroeste, região de Araçatuba [...]. Já aqui, o bairro da independência foi escolhido por conta das chácaras que ficavam em volta do córrego Água do Sobrado, onde moravam famílias japonesas. Apesar de terem vindo para as colônias, mas queriam dar educação para os filhos e começaram a vir para a cidade e formaram pequenas chácaras onde começaram a cultivar hortaliças, pois eram acostumados a trabalhar em terrenos pequenos (ISHIKAWA, 2014, p. 97)<sup>6</sup>.

Considerando-se que as adversidades econômicas e políticas, bem como as diversidades sociais e culturais estavam colocadas, cabia a esses imigrantes a adaptação e o integração à sociedade receptora, ou o retorno ao Japão. Mas, é preciso esclarecer que fazia parte do imaginário das primeiras levas de imigrantes japoneses o enriquecimento rápido e o retorno ao Japão. O desejo de aglutinação do grupo dentro do Brasil também foi causa de mobilidade, porém não era bem visto pelas autoridades que temiam enquistamentos étnicos. De todos os grupos que no Brasil chegaram, o dos nipônicos, talvez, tenha sido o que apresentou maior mobilidade, a partir do descontentamento com o tratamento dado nas fazendas onde estavam. Por isso fugiam à noite, com apoio da colônia, sem nem mesmo completar o contrato (ALVIM, 1998). Os imigrantes japoneses propositalmente não mantinham muitos objetos e, a maior preocupação e dedicação era com a alimentação e higiene. Na bagagem, traziam roupas e objetos, histórias e projetos de vida, além do dilema de manter a herança cultural, tanto que a princípio foi construída uma *kaikan* (associação) e uma escola para preservação da língua e cultura como se vê:

Há algumas décadas, a família Yanaba deixou sua terra natal, do outro lado do mundo, no Japão, e navegou pelos sete mares até chegar a Bauru, no Coração de São Paulo. Reprimidos pela guerra que assolava o país, esperavam encontrar por aqui melhores condições de vida. O patriarca da

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida a Felipe Godoi em 2014 (MACHADO; GODOY, 2014).

família trouxe na mala a esperança de enriquecer e, um dia retornar com a mulher e os filhos para o Japão. Por isso, fez questão de manter os costumes e ensinar aos filhos o idioma nipônico. Contudo, chegando aqui, a família notou que a realidade era bem diferente da prometida. Com seus membros trabalhando na lavoura, a família Yanaba levou tempo para conquistar sua independência. Tanto tempo que o patriarca não teve chances de realizar seu sonho de voltar a morar no Japão com a família (YANABA, 2012)<sup>7</sup>.

Apesar do contexto de eugenia e segregação, além de todas as adversidades impostas pelo Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-45), esses imigrantes perseveraram em sua unidade por meio da solidariedade e da sociabilidade. Porém, com a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a expectativa de retorno tornou-se inviável e a fixação no país de recepção converteu-se numa realidade para muitos imigrantes, como se viu no relato do Sr. Yanaba. Em Bauru, ainda que o grupo fosse heterogêneo, manteve-se relativamente unido na adversidade, preservando traços das tradições inventadas trazidas do Japão, como culto ao imperador (gincana do *undokai*), lealdade, respeito à hierarquia e educação, como base para valores e princípios éticos. Em contrapartida, havia as restrições às liberdades aos imigrantes impostas por Getúlio Vargas, no período do Estado Novo, como por exemplo: impedimento de se falar a língua japonesa em público; circulação de jornais de língua japonesa; apreensão de bens nipônicos; restrição de espaços e liberdades individuais vigiadas. Tais ações culminaram no encerramento de atividades do Clube Social (*Kaikan*) e da escola de língua japonesa, conforme se verifica na fala do Sr. Kosaka:

Como o Japão lutava contra o Brasil na Segunda Guerra Mundial, o governo proibiu qualquer tipo de reunião de japoneses. Também não era permitido falar japonês. Consequentemente, o Nipo, que tinha o único objetivo de ensinar a língua oriental, teve de encerrar suas atividades (KOSAKA<sup>8</sup>, 2010).

## **Identidade e práticas religiosas dos imigrantes japoneses**

Para uma melhor compreensão do processo de constituição e de definição das novas identidades nos países receptores de imigrantes, precisamos ter em mente as três concepções de Hall (2006) sobre identidade. A primeira, a do *sujeito do iluminismo*, estava baseada numa concepção de pessoa humana como indivíduo centrado, unificado, dotado da capacidade de razão, consciência e ação, cujo centro era um núcleo interior, que emergia com o nascimento do indivíduo e com ele se desenvolvia, (concepção individualista, cujo centro do eu era a identidade). A segunda, a do *sujeito sociológico*, refletia a complexidade do mundo moderno e a consciência de que o núcleo interior do sujeito era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos, símbolos e a cultura do mundo que ele/ela habitava. Nessa concepção, a identidade é formada na “interação entre o eu e a sociedade”. Por fim, o *sujeito vivido*, com uma identidade estável e unificada, é o que está se tornando

---

<sup>7</sup> Entrevista concedida à Wanessa Ferrari. *Jornal da Cidade*, Bauru, Bairros, 17 jun. 2012. Disponível em: <http://www.jcnet.com.br/noticias/bairros/2012/06/346437-um-pedacinho-do-japao-vive-aqui.html>. Acesso em: 20 jan. 2021.

<sup>8</sup> Entrevista cedida a Wanessa Ferrari. *Jornal da Cidade*, Bauru, Bairros, 18 jul. 2010. Disponível em: <http://www.jcnet.com.br/noticias/bairros/2010/07/576661-tradições-milenares-um-presente-do-apão-a-bauru.html>. Acesso em: 16 jun. 2021.

fragmentado e composto de várias identidades, às vezes contraditórias, identidade a qual produz o sujeito pós-moderno, sem identidade fixa, o qual assume identidades diferentes em diferentes momentos (HALL, 2006). Ou seja, com o prelúdio da Idade Moderna o indivíduo tornou-se mais centrado, em razão de sua natureza histórica, ainda como consequência desse período e de suas próprias transformações; houve, portanto, o surgimento de uma nova forma de individualismo com uma nova concepção de sujeito, baseada numa identidade que libertou esse indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e estruturas (pois acreditavam em desígnios divinos). Outra grande transformação do período foi a contribuição do humanismo renascentista do século XVI e do Iluminismo do século XVIII, que romperam com o passado e promoveram mudanças responsáveis pela modernização. Tal processo indica uma identidade incompleta, cuja formação depende do inconsciente, do exterior do indivíduo e de seu preenchimento, a qual se dá ao decorrer do tempo a partir da “construção de uma espécie de biografia, a partir da qual vão sendo tecidas as diferentes partes dos nossos eus” (HALL, 2006, p. 39). Essas considerações nos levam a refletir sobre a contribuição das culturas nacionais como fontes de identidade cultural, na medida em que os padrões de alfabetização universal, generalização de línguas, culturas homogêneas, instituições culturais nacionais e sistemas educacionais, por exemplo, estimularam a modernização e facilitaram o processo de industrialização, como no caso do Japão. Portanto, segundo Hall, as culturas nacionais, ao darem sentido contido nas memórias, nas histórias, nos mitos fundadores da cultura popular às nações com as quais nos identificamos, também proporcionam a construção de identidades. A partir dessas considerações de Hall, faz-se necessário refletir sobre a identidade nacional, mas é preciso pensar na questão da representação cultural, uma vez que não nascemos com uma ideia de identidade nacional, mas com base nos símbolos que nos são transmitidos é que nos tornamos parte de uma nação<sup>9</sup>, para a qual geramos um sentimento de identidade e lealdade:

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas (HALL, 2006, p. 50-51).

Hall ainda alerta para o fato de que uma cultura nacional nunca foi um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica, ela é também uma estrutura de poder cultural (HALL, 2006). Isso fica mais claro do ponto de vista religioso<sup>10</sup>, pois, segundo Saito e

---

<sup>9</sup> Na concepção de Timothy Brennan (1990, p. 45, *apud* Hall, 2006, 58), a palavra nação refere-se “tanto ao moderno estado-nação quanto a algo mais antigo e nebuloso – a *natío* – uma comunidade local, um domicílio, uma condição de pertencimento”.

<sup>10</sup> Segundo o Dicionário de Filosofia, em seu sentido geral e sociocultural, a religião é um conjunto cultural suscetível de articular um conjunto de crenças em Deus ou no sobrenatural e um código de gestos, práticas e celebrações rituais; admite uma dissociação entre a “ordem natural” e a “ordem sobrenatural”. Todas as religiões acreditam possuir a verdade sobre questões fundamentais do homem, apoiando-se em fé ou crenças (JAPIASSU; MARCONDES, 2008, p. 239). No Brasil, as Ciências da Religião receberam influência da área cultural alemã, italiana e da área cultural francesa de Eliade, para quem a religião pode ser entendida como um conjunto de representações e práticas que, em determinado contexto histórico, estaria ligada à concepção de sagrado que remetia aos aspectos fora da ordem cotidiana, em oposição ao profano (ELIADE, 2001, p. 17-19). Por outro lado, para o inglês William Paden, “[...] é a sociedade que torna as coisas sagradas ou profanas [...]” (PADEN, 2004, p. 64).

Maeyama, as atividades religiosas organizadas entre os imigrantes japoneses até 1950 eram quase nulas, com exceção do catolicismo (SAITO; MAEYAMA, 1973). Tal fato, nos leva a refletir sobre quais fatores ou poderes contribuíram para a ausência de templos ou atividades religiosas organizadas nas primeiras décadas da presença desses imigrantes nos países receptores. Alguns fatores contribuíram para a ausência total ou para que fossem excepcionais as atividades religiosas dirigidas por monges budistas ou sacerdotes xintoístas (*kannushi*), entre os primeiros imigrantes nos países receptores, tanto nas fazendas de café, quanto posteriormente, na zona urbana: o excesso de trabalho nas fazendas, as fugas frequentes, a expectativa de retorno rápido e a rejeição por parte da sociedade brasileira<sup>11</sup> majoritariamente católica às manifestações religiosas vistas como pagãs. No caso específico de Bauru, a perseguição e a repressão a membros da Igreja Tenrikyo no Japão, bem como a prisão do líder desta igreja em Bauru, no período do Estado Novo, dos quais falaremos adiante, atrasou ainda mais esse processo de instalação de templos e igrejas. No Brasil, nesse período, havia um cenário de teorias eugenistas e racistas que discutiam as características físicas dos nipônicos, as quais agravariam o “problema racial brasileiro” – referindo-se à escravidão, os nipônicos seriam inassimiláveis para os padrões culturais do país. Daí as orientações, conforme relata Handa (1987), aos imigrantes nos países de recepção, para seguirem com a ausência de manifestações religiosas, conforme a própria recomendação do Ministério das Relações Exteriores do Japão no Brasil, citada por Handa:

[...] Embora de modo consideravelmente atenuado, existe no Brasil uma corrente antijaponesa camuflada, apontando-se, como sua causa, as diferenças não só de raça, língua e hábitos, mas também de religião. É desejável, portanto, que não se enviem bonzos (ou sacerdotes xintoístas) ao Brasil. Com base nessa orientação do Ministério das Relações Exteriores do Japão, estava impedido, ao menos aparentemente, o envio de religiosos japoneses ao Brasil (BRASIL<sup>12</sup> *apud* HANDA, 1987, p. 726).

As recomendações seguem, e Lesser confirma os fatos relatados por Handa:

Em 1918, Ryoji Nioda, da delegação japonesa, insistiu em que santuários e templos não fossem construídos no Brasil e, na década de 1930, um membro da seita Tenrikyo que, àquela época, vinha sendo energeticamente reprimida no Japão, só recebeu permissão para emigrar após prometer que não faria proselitismo entre os imigrantes. Kumao Takaoka, um intelectual cujo livro sobre o Brasil, publicado em 1925, foi muito lido no Japão, sugeriu que todos os imigrantes se convertessem ao catolicismo [...] (LESSER, 2001, p. 188).

Há que se levar em conta que a falta de manifestações religiosas públicas e o proselitismo religioso funcionavam como uma espécie de estratégia de assimilação dos japoneses no Brasil, devido, principalmente, à forte relação existente entre Estado e Igreja Católica e à utilização desta última por Getúlio Vargas para sua legitimação no poder.

Diante desse contexto e de tais circunstâncias, parece evidente o fato de que os oratórios domésticos trazidos nas bagagens e nas memórias dos imigrantes permanecessem na esfera privada, mantidos nos recônditos dos lares, passando das salas

---

<sup>11</sup> A partir das primeiras décadas da imigração, a ideia de nação ainda não havia se concretizado no Brasil. Segundo Lesser, será por volta de 1880, que imigrantes do Sul da Europa, da Ásia, do Oriente Médio e outros povos não cristãos, começariam a chegar em grandes números. Com eles vieram mudanças significativas na identidade nacional brasileira, à medida que o caminho para a criação de uma “nação de imigrantes” rumava para um futuro incerto (LESSER, 2015, p. 91).

<sup>12</sup> O ministério das Relações Exteriores do Japão enviou Fukashi Sugimura, seu Ministro Plenipotenciário, ao Brasil, o qual elaborou um Relatório que foi enviado ao governo Japonês em 1905.

Orientais para os quartos Ocidentais. Tanto no *Butsudan*, quanto no *Kamidana* eram realizados cultos. Embora suas origens fossem diferentes, ambos os relicários atendiam às mesmas funções. Para esclarecimentos, a respeito da localização e do ritual do *butsudan* no Japão, convém observar o relato de Benedict:

A veneração devida aos ancestrais é prestada em um santuário muito diferente, na sala de estar da casa, na qual somente 6 ou 7 membros falecidos da família são honrados. Em todas as classes no Japão a homenagem é prestada diariamente diante desse santuário, onde são depositados alimentos para lembrar individualmente pais, avós e parentes próximos, representados no santuário por pequenas miniaturas de lápides (BENEDICT, 2019, p. 39, grifo nosso).

Moraes, nos seus “Cadernos de Impressões Íntimas”, escrito entre 1913 e 1914, como habitante em Tokushima, também descreveu a composição, o ritual e a localização do *butsudan*:

O *butsudan* é o altar, santuário doméstico, onde em geral cada família japonesa presta culto aos seus defuntos, a partir de longa lista genealógica dos velhos ascendentes. Na casa dos humildes, ocupa comumente um canto da sala de visitas; na casa dos opulentos, não se vê [...]. De uma maneira geral, o interior do *butsudan*, ordinariamente doirado e trabalhado em hieráticos labores, contém várias prateleiras, sobre as quais poisam uma pequena imagem do fundador da seita – por exemplo, *Daishi* ou *Nichiren*, - diversos recipientes para ofertas, para flores, lâmpadas, um vaso incensório para pivetes, por vezes – concessão ao modernismo – alguma fotografia de defunto e, finalmente, a parte essencial do *butsudan*, isto é, a coleção de *ihai*<sup>13</sup>, que são as representações materiais dos espíritos dos entes desaparecidos do seio da família (MORAES, 2018, p. 196, grifo nosso).

O *Kamidana* (altar dos kami) possui raiz xintoísta, tendo por objetivo cultuar alguns deuses de seu panteão, como a deusa-sol, *Amaterasu-o-mi-kami*. Porém, divindades ligadas às atividades cotidianas também se apresentavam, inclusive algumas budistas, demonstrando que as fronteiras entre as duas religiões eram relativamente imprecisas. Antes de realizar os rituais, era necessário lavar as mãos, referindo-se à ideia de purificação, elemento importante no imaginário xinto (BALDUS; WILLEMS, 1941). Tais oratórios sempre conviveram em harmonia<sup>14</sup>, mesmo porque existe uma grande responsabilidade das famílias com relação ao culto a esses antepassados ou deuses. Por isso existe a necessidade de um representante assumir o compromisso por esse culto, o qual acaba por se tornar quase um sacerdócio hereditário, uma vez que esse é um local de preces, agradecimentos, súplicas, afetos, memórias e lembranças.

Convém ressaltar que, segundo Lesser, a adoção de práticas e representações cristãs eram um dos canais para se reconstruir a identidade desses imigrantes num país de vertente católica como o Brasil; daí a reclusão dos oratórios budistas e xintoístas e a adoção de algumas práticas cristãs (LESSER, 2015). Diferentemente do que ocorria no Japão, onde os oratórios eram expostos na sala principal, no Brasil eram instalados na intimidade dos

---

<sup>13</sup> Retângulos de madeira, onde eram inscritos com letras douradas, os nomes póstumos dos falecidos - os *kaimyô*.

<sup>14</sup> Para os ocidentais, a conversão tem significado definitivo; para os orientais, existe a possibilidade de se possuir mais de uma religião ao mesmo tempo. Segundo Tomita, as Novas Religiões Japonesas, como a *Tenrikyô*, a igreja Messiânica Mundial, a *Seicho-no-iê*, a *Soka Gakai* e a *Perfect Liberty*, apresentam apropriações fundindo elementos do Cristianismo, Xintoísmo, Confucionismo e Espiritismo. TOMITA, A. G. S. Conversão e Consumo Religioso nas Novas Religiões Japonesas: a Igreja Messiânica e a *Perfect Liberty*. In: JORNADAS SOBRE ALTERNATIVAS RELIGIOSAS NA AMÉRICA LATINA, 13, *Anais* [...], 2005, p. 7-18.

quartos, sob a responsabilidade de um membro da família. Dessa forma, o imigrante expressava suas práticas religiosas sem se expor, discretamente, por meio da negociação da identidade<sup>15</sup>. Porém, é importante ter em mente que nas relações sociais e de trabalho, ou seja, no cotidiano, muitas vezes, afirmavam serem católicos, a fim de evitarem conflitos.

Há que se considerar também que no Brasil, com raras exceções, não havia os espaços apropriados para a organização e instalação desses oratórios como no Japão, onde o xintoísmo e o budismo coexistiam como vertentes religiosas e filosóficas. Enquanto o xintoísmo, como religião oficial, adotava divindades naturais, o budismo estava dividido em várias correntes, tendo grande aceitação no período do xogunato, sendo que aos poucos, o budismo foi sendo assimilado em seus pontos em comum com o xintoísmo. Pereira (2006) destaca que o período Kamakura (1185-1333) foi responsável pelo processo de renovação e formação de um budismo com feições genuinamente japonesas. A princípio, o budismo era uma religião da aristocracia, mas lentamente foi se popularizando, o que envolveu sua “japonização”, devido a sincretismos com o xintoísmo e com as crenças populares. Salienta ainda que, por séculos, uma das preocupações dos religiosos budistas era a de tornar a salvação acessível a todos, não somente à elite política e econômica, adaptando a metafísica budista à mentalidade japonesa. Enquanto o xintoísmo estava relacionado ao nascimento e ao matrimônio, o budismo atuava no culto dos antepassados e nos ritos funerários. Mais tarde, quando a família Tokugawa (1600-1868) assumiu o poder, o budismo tornou-se a religião oficial do xogunato<sup>16</sup>. Essa família manipulou abusivamente o budismo, por meio da força ou pela conivência de líderes religiosos, objetivando controlar as poderosas organizações budistas, que proibiam a presença do cristianismo, as quais chegavam a manter exércitos próprios e grandes porções de terras. Essa estratégia significou a criação de um sistema paroquial budista (*danka-seidô*), visando o controle da população, no qual as famílias eram obrigadas a se filiar compulsoriamente ao templo budista do lugarejo ao longo de gerações. A coerção dava-se por meio da inibição de se construir novos templos, de se estabelecer novas religiões e da manutenção de privilégios de alguns centros budistas. A simbiose entre budismo e Estado é bastante expressiva nesse período, sendo que ao final dele surgiram as primeiras Novas Religiões Japonesas (*shinshûkyô*), as quais se multiplicaram após a Segunda Guerra Mundial. A influência do budismo persistiu até o governo Meiji (1868-1912) instituir um sistema público de ensino, pois a maioria das escolas primárias estava associada aos templos budistas. A partir daí passou a existir um favorecimento do xintoísmo e, temporariamente, o budismo passou a ser perseguido. Diante de tais fatos, surgiram alianças de certos ramos do budismo *Nichiren* com o nacionalismo (PEREIRA, 2006).

É preciso ressaltar que a partir do Período Meiji ocorreu a restauração do Xintoísmo, instituído por meio de uma “invenção de tradição” para legitimar o poder do soberano contra o decadente *Xogun*, construção que justificou a perseguição ao budismo. Essas influências religiosas refletiram no cotidiano e na maneira de organizar a vida, com reflexos inclusive nas moradias. As casas mais tradicionais japonesas tinham suas próprias formas de ocupação e distribuição dos espaços, como por exemplo, o *tokonoma*, para acomodação do *Butsudan* e *Kamidana*. Segundo Rocha, nesse local, onde o convidado aguarda o anfitrião, existe uma comunicação silenciosa entre os dois, pois enquanto o anfitrião prepara o chá, o convidado o observa com sinceridade de espírito e pureza de mente:

---

<sup>15</sup> Às vezes, havia imagens conjuntas de Jesus Cristo e Nossa Senhora de Aparecida. O termo “Negociação de Identidade” é emprestado de Lesser.

<sup>16</sup> A palavra foi aportuguesada, em japonês é *bakofu*, título dos proprietários de terra e chefes militares, que exerciam o poder durante o período feudal, (XII ao XIX), pois a autoridade do imperador era simbólica.

O *tokonoma* é um nicho lateral interno da *chashitsu* cuja origem são os altares internos de templos budistas [...]. O aposento era voltado ao quintal, e era reservado para fins ornamentais, posteriormente passou-se a colocar nesse local objetos ou quadros artísticos para apreciar. Após observar o *tokonoma*, cada convidado se dirigia aos objetos, apreciando o fogareiro, a chaleira e até a maneira como o carvão vegetal e as cinzas foram organizados [...]. Ao término, os convidados se sentavam em silêncio em seus respectivos lugares, segundo a hierarquia social, aguardando o anfitrião adentrar para agradecer a presença de todos, o que era prontamente respondido pelos convidados, dando início a um breve e modesto diálogo [...] (ROCHA, 2015, p. 35 e 38).

Como visto anteriormente, com as ressignificações, esses oratórios geralmente foram instalados nos quartos de dormir pelos imigrantes japoneses no Brasil. Além do pouco espaço disponível, ficavam mais reservados e menos expostos, haja vista a forte relação existente entre Estado e Igreja Católica durante o período do Estado Novo de Getúlio Vargas, além da rejeição por parte da sociedade brasileira majoritariamente católica às manifestações religiosas vistas como pagãs. Porém, acreditamos que os oratórios, ainda que reclusos nos quartos e portadores de ressignificações, como por exemplo, a inserção de imagens da Virgem Maria e de Jesus Cristo mantiveram a conservação e a permanência das práticas culturais e religiosas dos oratórios, e colaboraram para a manutenção dos traços da identidade étnica e religiosa desse grupo de imigrantes em Bauru. Conforme observado por Silva e Soares, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul:

Sob tal perspectiva, as práticas culturais mantidas, que foram ressignificadas e/ou ressemantizadas, compõem a identidade étnica do imigrante em Santa Maria. A religiosidade [ou identidade religiosa], conserva-se muito em virtude do culto aos antepassados e da manutenção do *Butsudan*, que é tratada como normal e costumeira pelos imigrantes (SILVA; SOARES, 2017, p. 181).

Dentro desses oratórios domésticos existem ícones religiosos, iconografias, castiçais, sinos, porta incenso, recipiente para alimentos e nomes (*Ihai*<sup>17</sup>), os quais preservam uma ligação com os costumes, os antepassados e a memória desses imigrantes. Não se pode deixar de destacar a observação de Silva e Soares (2017) de que a manutenção dessas práticas, representando uma das formas de preservação da identidade japonesa (no caso de Bauru, tanto étnica quanto religiosa) dá-se por meio da conservação dos “lugares de memória”, tais quais foram denominados por Pierre Nora. Ou seja:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notoriar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993 *apud* SILVA; SOARES, 2017, p. 182).

Por não serem naturais esses pronunciamentos, celebrações e comemorações que se organizam em função da memória dos antepassados, acaba-se por atribuir um sentido de lugares de memória a tais oratórios onde permanecem as fotografias e os nomes de alguns entes da árvore genealógica da família após à morte, como os *Ihai*, de forma que se possa estabelecer contato para pedir, principalmente, proteção por meio de orações, celebrações, rituais e evocação da memória.

---

<sup>17</sup> São as representações materiais dos espíritos dos entes desaparecidos do seio da família, pequenos retângulos de madeira, acharoadada de negro, conservados em posição vertical por meio de peanhas onde se inscrevem com letras de ouro, os nomes póstumos dos defuntos, os *kaimyô* (MORAES, 2018, p.197-198).

## Tenrikyo: um patrimônio para Bauru

No Brasil, após o término da Segunda Guerra Mundial e o fim do Governo de Getúlio Vargas (1937-45), o budismo e o xintoísmo passaram a ter expressividade de forma organizada e formal, ou seja, ter atividades religiosas nos templos, e não mais no silêncio das residências, embora os oratórios tenham permanecido nos lares mais antigos. Foi a partir desse momento e nesse contexto, que surgiram as Novas Religiões Japonesas em Bauru, como a Tenrikyo. De acordo com Ferrari (2010), a construção desse templo marca a evolução arquitetônica da primeira igreja que difundiu a religião xintoísta na cidade. O complexo abriga o templo, alojamentos para visitantes, refeitório, quadra poliesportiva, biblioteca e jardins. Está localizado, no reduto de nipônicos, na Vila Independência e oferece aos bauruenses cursos como: língua japonesa, *taikô* (tambores de percussão) e *koteki* (banda) (FERRARI, 2010).

Para Otake, missionário da Igreja, o maior desafio é fazer com que as pessoas não percam seu relacionamento com Deus, uma vez que, quando tudo vai bem, muitos se esquecem do Criador e se afastam Dele. “Nas dificuldades, nós nos apegamos mais a Deus. Quando deveria ser assim o tempo todo”. Os ensinamentos de Deus-Parens foram preservados, bem como a unidade: “A doutrina passa de pai para filho e, com isso, as gerações seguem o mesmo modelo”. Também não há preocupação com exclusividade, mas com o coletivo: “Quanto mais brasileiros (e pessoas de outras nacionalidades) vierem, mais próximos estaremos da alegria plena” (OTAKE, 2011).

Os primeiros imigrantes, integrantes de quatro famílias, que vieram como missionários chegaram somente em 1929, enviados pela Igreja Mor-Nankai, com o objetivo de fazer o missionamento. Mais tarde, em 1936, o reverendo Chujiro Otake organizou uma caravana de 150 pessoas com destino à *Jiba*<sup>18</sup>, para participar do quinto decenário do ocultamento físico de Oyassama, que na verdade era a Senhora Miki Nakayama<sup>19</sup>.

Após a ida a esse evento, Chujiro recebeu a permissão para a fundação da igreja Tenrikyo em Bauru, e também foram fundadas no mesmo ano as igrejas de Promissão, Marília e Penápolis. Em 1941, o recinto em Bauru havia sido concluído, porém era o mesmo ano do rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Japão, devido à Segunda Guerra Mundial, e a igreja foi fechada e lacrada pelas autoridades. O líder, Chujiro Otake, foi preso por um ano e três meses em São Paulo. Em 1949, retornou à *Jiba*, e foi nomeado Superintendente do Missionamento no Brasil, mas somente em 31 de julho de 1951 foi inaugurada a Sede Missionária da Igreja Tenrikyo do Brasil ou Dendotyo do Brasil, em Bauru, numa área de 5.600 m<sup>2</sup>. Para realizar as cerimônias de estabelecimento de Deus-Parens no Altar (*Chinza-sai*) e a de fundação da sede, veio especialmente do Japão o *Shimbashira II* - líder religioso (TENRIKTO, s/d).

Os laços que uniram a cidade de Tenri à de Bauru estão ligados à fundação da Igreja Tenrikyô. A cidade de Bauru foi considerada cidade irmã de Tenri, no Japão, por meio da Lei Municipal n.º 1.462, de 23 de dezembro de 1969, de autoria do ex-vereador G. Ishikawa. A proposta ocorreu, por que: “Eu havia ficado cerca de seis meses em Tenri. Percebi que

<sup>18</sup> *Jiba*, santuário que fica na parte central da cidade de Tenri, considerado o berço da humanidade.

<sup>19</sup> Miki Nakayama nasceu em 18/04/1798, em Tenri, na província de Nara. Tornou-se sacrário, passando a se chamar Oyassama – nossa mãe ou porta voz de Deus – Parens. A partir daí, a doutrina foi revelada e surgiu a base de sustentação da Igreja Tenrikyo. Após distribuir bens aos necessitados, Miki foi ridicularizada e perseguida por monges e ascetas (devido à concorrência), até ser reconhecida como deusa viva. Em 1869, escreveu a escritura divina, contrariando a ideologia política da época que divinizava o imperador (TENRIKYO, s/d).

havia um fluxo grande de japoneses que vinham para Bauru, justamente pela cidade ter a igreja Tenrikyo por aqui, que inclusive, é a sede na América Latina dessa religião” (ISHIKAWA, 2011).

Segundo o Sr. Sato, “Todos os anos ocorre esse intercâmbio. O pessoal de Bauru vai para Tenri e os de Tenri vêm para Bauru para fazer um curso na UNESP. Antigamente, a tradição era mais divulgada” (SATO, 2011). Nas considerações do Sr. Nakamine, o objetivo dos brasileiros são os estudos, pois Tenri não possui muitas indústrias: “A universidade de Tenri é muito boa. E não precisa ser da religião Tenrikyo. Ela é aberta a todos. Por isso, muita gente vai e muitos estudantes vêm para Bauru” (NAKAMINE, 2011). Também foi criado o Centro de Pesquisa de Cultura Japonesa, o qual funcionou em Bauru até 1979, quando foi transferido para São Paulo. O templo também serviu de exemplo da arquitetura japonesa: a primeira construção foi realizada por fiéis, mas, em 1992, uma reforma trouxe arquitetos japoneses (TENRIKYO<sup>20</sup>, s/d).

Figura 1 – Sede Missionária da Igreja Tenrikyo em Bauru (lateral)



Fonte: FERNANDES (2021).

---

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.tenrikyo.org.br/home>. Acesso em: 16 jun. 2021.

Figura 2 – Sede Missionária da Igreja Tenrikyo em Bauru (jardim)



Fonte: FERNANDES (2021).

Portanto, a trajetória histórica dessa igreja representa um elo étnico japonês bastante forte. Os não descendentes estão inseridos nessa realidade cultural, seja devido à simpatia pela cultura japonesa, por casamentos mistos, ou aos relacionamentos com *nikkeis*<sup>21</sup>. De tal forma que, desde a chegada dos primeiros missionários, sempre houve a preocupação com a expansão dos ensinamentos. Porém, o fato de a Igreja realizar cultos e cerimônias em língua japonesa, dificulta uma maior frequência de não descendentes. Em contrapartida, a Tenrikyo utiliza diversas estratégias para divulgar a cultura japonesa por meio de sua doutrina. A apropriação de termos cristãos, como por exemplo “missa” e “fé”, demonstram as influências da sociedade local, e a necessidade de um processo de adaptação-aculturação por parte desses imigrantes enquanto minorias étnico-religiosas, ao mesmo tempo em que traça estratégias de propagação na comunidade local.

Tanto a arquitetura quanto a estética do templo da Tenrikyo em Bauru já demonstravam a necessidade de tombamento, mas o papel cultural exercido pela Igreja, seja pela oferta de cursos de língua japonesa, de intermediação em intercâmbios com universidades do Brasil e Japão, da criação do Centro de Cultura Japonesa e de cursos de arte e cultura japonesa, enfatizaram e expressaram, além da necessidade, a relevância do tombamento da igreja como Patrimônio Cultural, o que ocorreu em 2003. A sede da Igreja foi considerada patrimônio cultural da cidade pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural, sendo tombada pelo Decreto 9.397, de 14 de março de 2003 (CODEPAC).

Também é preciso acentuar que a constituição de um patrimônio cultural se dá pela necessidade de preservação de um bem cultural, material ou imaterial, importante para a sociedade e relacionado à identidade cultural. Com relação aos dois termos subentendidos no conjunto das práticas patrimoniais, monumento e monumento histórico, Choay (2006) esclarece-nos que o sentido original do termo é o do latim *monumentum*, o qual deriva de *monere* (advertir/lembrar); portanto, trata-se de deixar-se tocar pela emoção de uma memória viva. Ou seja, o monumento representa tudo que for edificado por uma comunidade para rememorar acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A invocação do passado pode contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica,

<sup>21</sup> Imigrantes e descendentes de japoneses no geral.

religiosa, nacional ou familiar, como um dispositivo de segurança que garante as origens e dissipa as inquietações das incertezas do começo (CHOAY, 2006). Porém, a invocação por si não é suficiente. É preciso ir além e garantir a preservação dos bens, na medida em que o patrimônio é responsável pela continuidade histórica de um povo e de sua identidade cultural, sendo que a responsabilidade da preservação não se restringe somente aos poderes públicos, mas existe uma responsabilidade implícita, pessoal, de cada um, por isso pode ser considerada também, uma questão de cidadania.

Abreu vai além e relaciona a eleição dos patrimônios históricos a importantes operações políticas:

A eleição dos patrimônios de uma nação – materiais ou imateriais – é uma das operações políticas mais importantes para a consolidação de uma determinada história, memória e cultura comuns. Registra e consolida o valor de certas manifestações, conferindo-lhes significados atuais e novas possíveis leituras, do passado e da própria nação (ABREU, 2010, p. 353).

Tal eleição indica a emergência de se guardar e de se valorizar as memórias do passado, principalmente as excluídas ou preteridas. Faz-se necessário, ainda, a priorização, a manutenção e a divulgação de bens novos ou pouco conhecidos, os quais permitem a diferentes grupos sociais, como no caso da própria Tenrikyo, o uso de leis do Estado em seu benefício, valendo-se do apoio de especialistas para a manutenção da própria identidade.

### **Considerações finais**

Pelo exposto, vê-se que o processo de construção da identidade dos imigrantes japoneses em Bauru deu-se, em parte, por meio de suas práticas religiosas, as quais permaneceram e se conservaram vinculadas ao culto dos antepassados e à manutenção dos oratórios domésticos *Butsudan* e *Kamidana*, principalmente, até a emergência das novas religiões japonesas (após o fim do Governo Vargas em 1945). A presença dos oratórios no cotidiano desses imigrantes desvela a expressão de um sentimento de pertencimento ao grupo a partir da relação com o sagrado, constituído por símbolos e signos que os ligam ao país de origem, aos antepassados e ao passado, por meio de crenças, de objetos, de imagens e da memória. Há que se ressaltar que além da relação de transcendência, ainda se estabelece uma relação de afeto e respeito com o passado, e ao mesmo tempo com o futuro, a qual acabou sendo uma das vias de expressão da identidade desses imigrantes. Em outras palavras, esses oratórios japoneses exerceram uma importante função de “lugares de memória” e foram transmissores de valores da cultura do país de origem, suprimindo a ausência formal de templos até a fundação e instalação da Tenrikyo e outros templos posteriores, como o das Novas Religiões Japonesas.

Até que houvesse a fundação e a organização de templos, a conservação dessa identidade religiosa deu-se por meio da manutenção dos oratórios e permaneceu na esfera privada dos quartos, muitas vezes na síncrona companhia de Jesus Cristo e Santos Católicos, os quais passaram a integrar as práticas e as representações desses indivíduos como um dos canais possíveis para a reconstrução de uma identidade nipo-brasileira, num país que se considerava cristão e católico, apesar da rejeição do “outro” com base em princípios arcaicos de raça e cor. Assim, os oratórios não desapareceram por completo, mas permanecem de forma ressignificada no recôndito dos quartos em meio a santos católicos.

Para concluir, apesar de 1908 marcar a chegada dos imigrantes japoneses ao Brasil, os primeiros imigrantes missionários chegaram somente em 1929, e, apenas em 1951, foi

inaugurada a Sede Missionária da Igreja Tenrikyo do Brasil, em Bauru. Nesse contexto, a importância do complexo da Igreja representa um marco da fundação do primeiro templo religioso na cidade. Como visto neste artigo, destaca-se que dois patrimônios culturais se interligaram no processo de constituição das identidades dos imigrantes nipônicos em Bauru: os oratórios domésticos e o templo da Tenrikyo. O *Butsudan* se destaca como patrimônio material, por sua composição a partir de iconografias, *Ihai*, incenso, sino, flores e alimentos; enquanto o *Kamidana*, também um patrimônio material, se destaca pelo *shintai*<sup>22</sup>, sendo que os *shintai* mais comuns, podem ser espelhos, espadas, joias, rochas, montanhas, árvores, cachoeiras, entre outros. Porém, tanto o *Butsudan* quanto o *Kamidana* são também patrimônios imateriais por seus ritos e cerimônias.

O tombamento do templo da Tenrikyo como patrimônio cultural da cidade de Bauru permitiu que, mesmo diante de adversidades e diversidade cultural, os imigrantes japoneses pudessem definir sua identidade e dar formas às imagens de seu passado, o qual tem permanecido como marca de um tempo que relembra o que não deve ser esquecido. Há a necessidade de se reestabelecer novamente o aprofundamento da relação entre a Igreja Tenrikyo, enquanto patrimônio cultural e os processos educativos aos quais ela sempre esteve vinculada, a partir de uma prática mais efetiva, dinâmica e próxima, na qual seria possível a divulgação de tal patrimônio, principalmente nas universidades (um de seus campos de atuação por meio de intercâmbio) e escolas, considerando-se a diversidade de convivência de religiões, costumes, origens, ideias e valores.

## Referências

ABREU, Martha. Cultura Imaterial e Patrimônio Histórico Nacional. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; TEIXEIRA, Rebeca (orgs.). *Cultura política, historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010, p. 351-370.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres no campo. In: NOVAES, Fernando; SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil 3*. República: da *Béle Epoque* à Era do Rádio. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 259-261.

BALDUS, Herbert; WILLEMS Emílio. Casas e Túmulos Japoneses no Vale da Ribeira de Iguape. *Revista do Arquivo Municipal*, vol. 7, n. 77, 1941.

BENEDICT, Ruth. *O Crisântemo e a Espada: padrões da cultura japonesa*. Petrópolis: Vozes, 2019.

CHARTIER, Roger. *A história Cultural entre práticas e representações*. São Paulo: DIFEL, 2002.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2006.

CLUBE Cultural Nipo-Brasileiro de Bauru. *Edição Comemorativa do Centenário da Imigração Japonesa*. São Manoel: Grafilar, 2010.

CODEPAC. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Bauru. Decreto 9.397, de 14 de março de 2003. Disponível em [https://sites.bauru.sp.gov.br/copac/bem\\_detalhes.aspx?id=26](https://sites.bauru.sp.gov.br/copac/bem_detalhes.aspx?id=26). Acesso em 16 de jun. 2021.

---

<sup>22</sup> “Corpo” ou “substância material” de um *kami* (Deus). Esse símbolo pode ser um espelho, um sabre, uma joia, ou uma efígie (frequentemente mantida secreta) (FRÉDÉRIC, 2008, p. 1059).

DEZEM, Rogério. Um exemplo singular de política imigratória: subsídios para compreender o processo de formação dos núcleos pioneiros de colonização japonesa no Estado de São Paulo (1910-1930). *PROIN – Projeto Integrado - Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo*, São Paulo, s/d. Disponível em: [http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo\\_politica\\_imigratoria.pdf](http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_politica_imigratoria.pdf). Acesso em: 10 out. 2021.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano: A Essência das Religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FERNANDES, Vinicius. 5 curiosidades sobre a igreja Tenrikyo em Bauru. *Social Bauru*, Bauru, 18 jan. 2021. Fotografias. Disponível em: <https://www.socialbauru.com.br/2021/01/08/5-curiosidades-sobre-a-igreja-tenrikyo-em-bauru/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

FERRARI, Wanessa. Tradições milenares: um presente do Japão a Bauru. *Jornal da Cidade*, Bauru, 18 jul. 2010. Disponível em: <https://www.jcnet.com.br/noticias/bairros/2010/07/576661-tradicoes-milenares-um-presente-do-japao-a-bauru.html>. Acesso em: 16 jun. 2021.

FRÉDÉRIC, Louis. *O Japão: Dicionário e Civilização*. São Paulo: Globo, 2008.

HALL, Stuart. *A identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HANDA, Tomoo. *O imigrante japonês. História de sua vida no Brasil*. São Paulo: Editora Tao, 1987.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ISHIKAWA, Giro. Tenri não sofreu com terremotos. [Entrevista cedida a] Vitor Oshiro, Bruna Dias e Mariana Cerigatto. *Jornal da Cidade*, Bauru, Geral, 19 mar. 2011. Disponível em: <https://www.jcnet.com.br/noticias/geral/2011/03/329213-tenri-nao-sofreu-com-os-terremotos.html>. Acesso em: 16 jun. 2021.

ISHIKAWA, Giro. Japão também é aqui. [Entrevista concedida a] GODOY, Felipe Eugênio Troiano de; MACHADO, Carlônia, Seiko. *Caderno especial sobre a cultura japonesa em Bauru*. Memorial do Projeto Experimental. Unesp Bauru, Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, 2014.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

KOSAKA, Júlio. Tradições Milenares: um presente do Japão à Bauru. [Entrevista cedida a] Wanessa Ferrari. *Jornal da Cidade*, Bauru, Bairros, 18 jul. 2010. Disponível em: <http://www.jcnet.com.br/noticias/bairros/2010/07/576661-tradições-milenares-um-presente-do-apão-a-bauru.html>. Acesso em: 16 jun. 2021.

LESSER, Jeffrey. *A Negociação da Identidade Nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

LESSER, Jeffrey. *A invenção da brasilidade: identidade Nacional, Etnicidade e Políticas de Imigração*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

MACHADO, Carolina Seiko; GODOY, Felipe Eugênio Troiano de. O Japão também é aqui. *Caderno especial sobre a cultura japonesa em Bauru*. Memorial do Projeto Experimental. Unesp Bauru, Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, 2014.

MORAES, Wenceslau de. *O Bom Odori em Tokushima*. Cadernos de Impressões Íntimas. Livros de Bordo, Portugal, 2018.

NAKAMINE, Shozo. Tenri não sofreu com terremotos. [Entrevista cedida a] Vitor Oshiro, Bruna Dias e Mariana Cerigatto. *Jornal da Cidade*, Bauru, Geral, 19 mar. 2011. Disponível em: <https://www.jcnet.com.br/noticias/geral/2011/03/329213-tenri-nao-sofreu-com-os-terremotos.html>. Acesso em: 16 jun. 2021.

NORA, Pierre. Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, vol. 10, p. 7-28, 1993.

NUNES, Gabriel Pinto. A Ética Samurai e a Construção de uma Nação: a apresentação da Ética Oriental Moderna na obra de Inazo Nitobe. In: *VII Seminário de pós-graduação em Filosofia da UFSCAR*. São Carlos: UFSCAR, 2011, p. 214-226.

OKADA, Kazuo Fábio. Recordações de um fragmento da história da imigração japonesa no Brasil. *RURIS (Revista do Centro de Estudos Rurais)*, São Paulo, vol. 6, n. 1, p. 75-106, 2012.

OTAKE, Eduardo Yoshinobu. Um pedacinho do Japão vive aqui. Gastronomia, tradição, religião e os olhos puxados dos orientais já fazem parte do cenário de Bauru. [Entrevista cedida a] Wanessa Ferrari. *Jornal da Cidade*, Bauru, Bairros, 17 jun. 2011. Disponível em: <http://www.jcnet.com.br/noticias/bairros/2012/06/346437-um-pedacinho-do-japao-vive-aqui.html>. Acesso em: 20 jan. 2021.

PADEN, William. *Interpretando o Sagrado: modos de conceber a Religião*. São Paulo: Paulinas, 2004.

PEREIRA, Ronan Alves. O Budismo japonês: sua história, modernização e transnacionalização. *Ponto de Encontro de Ex Fellows*, São Paulo: Fundação Japão, v. 1, p. 1-28, 2006. Disponível em: <https://fjosp.org.br/estudos-japoneses/wp-content/uploads/sites/3/2011/03/artigo-budismo-ronan1.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

ROCHA, Joanes da Silva. *O chá e a Cruz: a essência estética japonesa do Wabi-sabi na descrição da Cerimônia do Chá na obra de João Rodrigues Tçuzu*. Orientador: Maria Eurydice de Barros Ribeiro. 2015. 60f. Monografia (Graduação em História). Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada-1908-1941. In: *XXII Encontro Nacional da ANPOC - GT 9. Migrações Internacionais*. Minas Gerais: Caxambú, 1998. p. 1-20.

SAKURAI, Célia. *Imigração Tutelada: os japoneses no Brasil*. Orientador: Mariza Corrêa. 2000. 191p. Tese (Doutorado em Antropologia). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000.

SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi (org.). *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1973.

SATO, Futaro. Tenri não sofreu com terremotos. [Entrevista cedida a] Vitor Oshiro, Bruna Dias e Mariana Cerigatto. *Jornal da Cidade*, Bauru, Geral, 19 mar. 2011. Disponível em:

<https://www.jcnet.com.br/noticias/geral/2011/03/329213-tenri-nao-sofreu-com-os-terremotos.html>. Acesso em: 16 jun. 2021.

SILVA, Alexandra Begueristain da; SOARES, André Luís Ramos. Os oratórios domésticos: lugares de memória para os imigrantes japoneses em Santa Maria/RS. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, Unesp, v. 13, n. 1, p. 179-200, 2017. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/617>. Acesso em 16 jun. 2021.

TAZAWA, Yutaka; OKUDA, Shunsuke; MATSUBARA, Saburo. *História cultural do Japão: uma perspectiva*. Tóquio: Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão, 1973.

TENRIKYO. *Igreja Tenrikyo de Dendotyô*. Sede Missionária do Brasil. Disponível em: <https://www.tenrikyo.org.br/home>. Acesso em: 16 jun. 2021.

TOMITA, Andréa Gomes Santiago. Conversão e Consumo Religioso nas Novas Religiões Japonesas: a Igreja Messiânica e a Perfect Liberty. In: *XIII Jornadas sobre alternativas religiosas na América Latina*. Rio Grande do Sul, 2005, p. 07-18.

YANABA, Kazuo. Um pedacinho do Japão vive aqui. Gastronomia, tradição, religião e os olhos puxados dos orientais já fazem parte do cenário de Bauru. [Entrevista cedida a] Wanessa Ferrari. *Jornal da Cidade*, Bauru, Bairros, 17 jun. 2012. Disponível em: <http://www.jcnet.com.br/noticias/bairros/2012/06/346437-um-pedacinho-do-japao-vive-aqui.html>. Acesso em: 20 jan. 2021.

#### **Notas de autoria**

Rosemeire Pereira D'Ávila é doutoranda em História pelo PPGH da Universidade Estadual Paulista/ UNESP. Mestre em História pela mesma Universidade. Especialista em História Social e Licenciada em História e em Filosofia pela Universidade do Sagrado Coração (USC). Licenciada em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE) e Professora da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. E-mail: [davilarosemeire@gmail.com](mailto:davilarosemeire@gmail.com)

#### **Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista**

D'ÁVILA, Rosemeire Pereira. O culto aos antepassados e a Tenrikyo: nova Religião Japonesa e seu templo como patrimônio cultural de Bauru. *Sæculum – Revista de História*, v. 27, n. 46, p. 348-367, 2022.

#### **Contribuição de autoria**

Não se aplica

#### **Financiamento**

Não se aplica

#### **Consentimento de uso de imagem**

Não se aplica

#### **Aprovação de comitê de ética em pesquisa**

Não se aplica

#### **Licença de uso**

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

**Histórico**

Recebido em 30/01/2022

Modificações solicitadas em 10/03/2022

Aprovado em 08/04/2022